

CIDADE DE GOIÁS: FORMAS URBANAS E REDEFINIÇÃO DE USOS

Odiones de Fátima BORBA¹

RESUMO

A cidade de Goiás foi capital do estado de Goiás por 250 anos. Desde a fundação, essa cidade não acompanhou as mudanças ocorridas no país. As formas urbanas, do período colonial, ainda persistem ao tempo na paisagem urbana da velha Vila Boa. É deste legado que a cidade se vangloria, apresentando-o hoje como sua maior riqueza. A comunidade local se orienta na busca da sedimentação da atividade turística utilizando-se do legado histórico, das riquezas naturais e das festas tradicionais como o maior atrativo para os visitantes.

A ocupação do estado de Goiás, iniciada no século XVI, aconteceu em função da corrida pelo ouro no interior do país, num período em que as minas auríferas de outros estados estavam se esgotando. As primeiras levas de migrantes formaram no estado núcleos urbanos localizados próximos às minas. Assim foi com Vila Boa, hoje cidade de Goiás.

As vilas de ouro de Goiás constituíam focos dinâmicos em termos de transação econômica e populacional. A cidade de Goiás representou papel importante no estado, tanto pelas atividades comerciais quanto pelas atividades políticas e econômicas em sua função de capital administrativa do estado.

Posteriormente, com o declínio da mineração, as cidades goianas sofreram um decréscimo no número de habitantes e mesmo no número de cidades, já que muitas desapareceram. Com o novo ciclo econômico - a pecuária - outras cidades se desenvolveram, principalmente no sudoeste goiano. A posição da cidade de Goiás, enquanto capital, estava fora do centro econômico que se criou no estado de Goiás com a economia pecuarista. Este fato se somou a outros, fazendo com que as forças políticas goianas, principalmente aquelas ligadas ao então governador Pedro Ludovico Teixeira, encampassem a idéia da construção de uma nova capital, o que se concretizou em 1937, com a transferência da capital para o município de Campinas. A mudança da capital

¹ Formada em Ciências Sociais, mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócios Ambientais - UFG.

provocou uma situação de dificuldades na cidade de Goiás e uma retração na economia local.

A cidade de Goiás é um exemplo da dinâmica espacial da sociedade e das mudanças processadas na paisagem, as quais representam as temporalidades do lugar. Esta cidade passou por uma série de transformações desde sua fundação: Inicialmente foi um pequeno arraial, depois foi elevada à categoria de vila e, finalmente, tornou-se capital de Goiás, atribuição que deixou de existir com a construção de uma nova cidade para abrigar a sede administrativa do estado de Goiás, já no século XX.

Goiás é uma cidade singular no estado, não somente por ter sido a primeira capital, mas também por apresentar as características das primeiras formas urbanas implantadas aqui. A paisagem urbana desta cidade está permeada de elementos que marcam as temporalidades de sua história e essa herança é o que a cidade oferece atualmente para um novo uso de seu espaço urbano – o de patrimônio histórico do estado.

As transformações ocorridas, na cidade de Goiás, mostram que o homem em sociedade está numa dinâmica contínua. Neste processo, ele produz e retira do espaço o que necessita para a sua vida e a da comunidade com a qual coabita. As mudanças também ocorrem implicando em uma nova dinâmica no espaço. Essas mudanças que se espacializam, formando uma paisagem, podem ser acompanhadas através das temporalidades dessa sociedade.

Visto como uma estrutura e materialização da sociedade, já que interfere em suas formas, é possível fazer uma leitura de um dado espaço, mostrando como o homem, através dos tempos, deixa implícito seu legado e para que fim é redimensionado esse legado. Quando se fala em temporalidades, pressupõe-se a história que está imbricada na paisagem urbana - naquilo que é concreto e se apresenta aos nossos olhos. Essas formas remanescentes não se extinguem com o processo de mudanças, elas não apenas permanecem, mas seguem para novas atribuições. E ao estudioso cabe historicizar essas temporalidades como concretudes da relação homem/natureza na construção espacial.

O espaço, resultado da ação criativa/criadora da sociedade, exprime as possibilidades para a reprodução social. O espaço, então, acompanha a evolução social, e, juntamente com as outras instâncias da sociedade - a econômica, a cultural e a ideológica -, forma o todo da sociedade, pois agrega tanto a paisagem como o homem que dá forma a essa paisagem - o homem em suas relações sociais.

Para Santos (1992, p.1), é possível visualizar a estrutura do conceito de espaço da seguinte forma: objetos geográficos distribuídos sobre um território – configuração geográfica ou configuração espacial; paisagem – a forma como os objetos estão dispostos aos nossos olhos; processos sociais – o que dá vida

a estes objetos.

A análise geográfica do espaço parte do princípio de que ele é um produto social, e enquanto tal é fruto das relações que o homem estabelece entre o meio ambiente, a atividade humana neste meio e o produto histórico desta sociedade. O estudo do espaço resume, pois, o complexo social em todas as suas faces: no espaço estão implícitas as condições e relações de produção, a herança histórica e as interações sociais.

O espaço está em constante alteração, pois é fruto das relações sociais nas suas contradições. Porém, muitas formas remanescentes permanecem na estrutura do espaço. Essas formas antigas se interagem com as novas, deixando implícito um pouco da história de quem a construiu. Por isso para entender o espaço é necessário considerar a variável tempo. O entendimento do processo dessas mudanças contribui para a compreensão do espaço em suas várias implicações, dado que, como diz Santos (1992, p.6), o espaço deve ser considerado como uma totalidade de “homens, firmas, instituições, meio ecológico e infra-estruturas”. Os elementos do espaço sofrem alterações a todo momento, seja por fatores internos ou externos. As mudanças podem ser provocadas pela construção de novas estradas, por novas empresas, por mudanças no sistema financeiro, nas leis e regras, ou seja, no curso natural da evolução social que cria novas feições para esse espaço. E é a partir da relação entre os elementos que, realmente, se pode conhecer a totalidade social. Não é possível analisar o espaço a partir de fatos isolados.

Há que se considerar a questão temporal, o processo em que a situação da variável altera ao longo do tempo. O que é importante é a sucessão de sistemas, em sua evolução e não elementos isolados. Como explica Santos (Idem, p.22), “o espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada”. Não é possível pensar o espaço fora da sociedade. É ela que o produz – que o torna concreto. Para Santos (1992, p.50), o espaço só pode ser compreendido, em sua totalidade, considerando-se quatro categorias de análise: forma, função, estrutura e processo.

A forma se refere ao que é visível, concreto, são os objetos dispostos na superfície, como, por exemplo, a casa, a rua, o bairro, a cidade etc. A forma, assim como os outros elementos de análise, não pode ser considerada isoladamente. Nas formas podem-se visualizar características de tempos passados sendo utilizadas no presente com finalidades diferentes e integradas ao cotidiano atual. As formas são, portanto, concretas e comportam uma finalidade a ser cumprida.

Função “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” (Idem, p.50). A função é o que se atribui a determina-

do lugar: morar, trabalhar, lazer. É pensando na relação que os objetos mantêm entre si que é possível entender como se realiza a funcionalidade desses objetos no processo histórico.

Estrutura, por sua vez, “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (Idem, p.50). “A estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas” (Corrêa, 1995, p.29).

O processo “pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (Santos, 1992, p.50). Processo é o movimento diário da sociedade, a dinâmica da estrutura que se transforma acompanhando a sociedade. Se se estivesse procurando sinônimos para processo estes seriam tempo e movimento .

A idéia de processo incita uma visão temporal do objeto, já que cada momento implica em novas ações por parte do homem e da sociedade como um todo. Essas novas ações alteram, em seu curso, as formas que o homem cria no espaço. Desta maneira, se se quer conhecer uma dada realidade não se pode ignorar que tudo que está em nosso presente é resultado do processo histórico da vida do homem.

A questão histórico-temporal fornece subsídio para uma visualização do processo evolutivo pelo qual passou o homem no desenvolver das forças produtivas. Novos modos de produzir ou novos tempos vão se sobrepondo às formas fixas no espaço e muitas destas formas sobrevivem aos processos de mudança; muitas podem continuar com as mesmas funções, outras adquirem novos usos. O objeto geográfico teve uma utilização no passado, mas, inevitavelmente, tem uma utilização no presente, que, inclusive, pode não ser a mesma atribuída em tempos passados. O espaço é, portanto, um produto histórico. Na cidade de Goiás são muitos os exemplos: os antigos prédios públicos (Cadeia Pública Municipal, o Palácio dos Governadores, Quartel de Polícia) foram reaproveitados como um representativo da história da administração pública de Goiás; as várias residências em estilo colonial também compõem o complexo turístico desse município.

A paisagem, como um dos componentes do espaço, constitui-se em importante variável, pois permite a percepção do espaço em sua representação concreta, imediata e visível. Quando se fala em paisagem, a primeira imagem que surge é de grandes cachoeiras, belas matas, lindas praias, tudo aquilo que está ao alcance dos olhos lhes é imediato. Paisagem representa não só a natureza, mas também o que é concreto, estático, o construído pelo homem. A paisagem, portanto, pode ser urbana, rural, natural. Para Santos (Idem, p.83): “A

paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”.

A paisagem expressa, nas suas formas, as contradições da sociedade que a construiu. Nesse sentido, há a possibilidade de se entender um pouco da história e das características de uma dada sociedade, estudando-se a paisagem de determinada localidade.

Para Dolfuss (1982, p.13), a paisagem é composta pelo substrato geológico, vegetais, animais e grupos humanos. O homem, por sua vez, mantém uma relação ativa com a paisagem natural, pois ele a modifica e interfere em sua fisionomia para desenvolver a produção.

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais - concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um Presente, uma construção horizontal, uma situação única. (Santos, 1996, p.83).

A paisagem, com o desenvolvimento das condições de produção e a interação mais efetiva do homem em relação à natureza, adquiriu fisionomia nova com as estradas, plantações, fábricas etc. O processo produtivo, ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade, fez com que a primeira natureza ficasse quase imperceptível frente à rusticidade dessa natureza humanizada.

Por ter como característica o que é concreto, o visível produto da sociedade, a paisagem representa “a memória viva de um passado já morto” (Santos, 1996, p.86), por isso permite perceber fragmentos do passado. É fato, portanto, que, a partir da paisagem, é possível reconstituir, em parte, a história de um lugar. Isso não implica em uma abordagem completa de dado objeto, o que só é possível com o resgate histórico dessa sociedade, mas se constitui em importante variável para o estudo. “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as formas que realizam, no espaço, as funções sociais” (Idem, p.86). “A paisagem é apenas uma parte da situação. A situação como um todo é definida pela sociedade atual, enquanto sociedade e como espaço” (Idem, p.88).

A forma da cidade está implícita na paisagem. E estas formas concretas contêm um significado, um simbolismo, porque existem para determinado fim. Esses significados só podem ser apreendidos se entendido o processo em que se deu a estruturação de tal paisagem. “A noção de tempo é fundamental. A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado” (Idem, p.41).

Para Carlos (1992, p.23), a paisagem urbana é a forma de manifestação

do urbano e revela mais do que o que está na aparência, pois representa a evolução da produção espacial e do modo pelo qual ela foi produzida. Ao mesmo tempo em que se revela estática, a paisagem subtende um movimento - o das relações sociais e do trabalho social que se encontra embutido na forma. Forma esta edificada dentro de um contexto, de um momento histórico que também se apresenta perceptível na paisagem.

As formas passadas apresentam-se na paisagem de hoje, incorporando novas funções dadas pela sociedade atual para responder às suas necessidades. Santos (1986, p.138) chama a isto de rugosidades, são os “restos” que estão expressos na paisagem como resultado do tempo histórico. E esses “restos” são incorporados, pelo homem, para responder às suas novas formas de vida. Enfim, a paisagem se apresenta com elementos visíveis que marcam o processo invisível e refletem transformações temporais, testemunhos que são das relações funcionais entre a sociedade e as formas concretas criadas por ela como resposta às suas necessidades.

A paisagem urbana construída pelo homem apresenta as características culturais próprias de cada época. As alterações na paisagem acompanham a própria evolução do ser humano. Neste sentido, pode-se perceber no conjunto arquitetônico de cada época a fisionomia representativa de uma série de fatores conjugados: a disponibilidade de tecnologia para materiais e técnicas, as condições econômicas, sociais e políticas dessa sociedade, entre outras. Muitas destas formas ainda existem e persistem no tempo com nova atribuição de uso. O legado deixado pelas gerações passadas contam a história da humanidade e permitem às novas gerações a melhor compreensão da existência humana. Para Santos (1986, p.138):

O espaço é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas.

Os bens construídos pelo homem no espaço (objetos, técnicas, edificações, instrumentos etc.), e que permanecem como bens duráveis, constituem o patrimônio cultural de uma comunidade, são a memória social expressa na paisagem urbana. Para Magnani (1986, p.65), “O termo patrimônio significa, etimologicamente, herança paterna, o que evoca a idéia de transmissão e, no caso de uma coletividade, transmissão não de pai para filho, mas de uma geração a outra”.

Com exceção de algumas iniciativas particulares de colecionadores e/ou de intelectuais preocupados com a conservação de grandes monumentos e da identidade cultural do país, a preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil é recente. O projeto completo, de uma política de preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, foi elaborado pelo escritor Mário de Andrade em 1936, o qual se tornou lei (Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937) em 1937, concomitante à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No projeto, Mário de Andrade assim definia Patrimônio Artístico Nacional:

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais a particulares nacionais, e a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (In: Lemos, 1985, p. 38).

Os monumentos e obras arquitetônicas eram consideradas como representativos da cultura nacional. No entanto, o projeto abrangia não somente os bens concretos (edificações, monumentos, instrumentos, artefatos, peças, objetos) como também todas as manifestações culturais brasileiras: atividades comunitárias, danças, músicas, usos, costumes, tradições folclóricas etc. O projeto original de Mário de Andrade sofreu uma série de reduções antes de se tornar Decreto-lei e se resumiu aos bens de “interesse público”, bens móveis e imóveis - materiais e físicos, que representassem algum fato histórico importante ou por ter algum significado social que justificasse o tombamento. A partir desse momento houve um maior comprometimento em relação aos bens históricos e à necessidade de se manter e conservar o patrimônio nacional.

A preocupação com a preservação de bens arquitetônicos em conjunto só tomou vulto a partir da década de setenta, quando o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o que culminou numa série de reavaliações de diretrizes e práticas desse órgão. Dentre as diretrizes tomadas pelo Instituto estava a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) que, em conjunto com outros órgãos do governo, se ocupava da restauração de sítios, monumentos e cidades históricas com a finalidade de implementar a exploração turística destas áreas.

O questionamento que se faz, no que se refere à preservação de cidades históricas, é quanto à interação da comunidade local nas decisões do que preservar e por qual razão preservar estas áreas. Para Chamie (1985, p.8), “cidades inteiras são tombadas sem conhecimento de sua população”. Isso demons-

tra que a preocupação com as reservas culturais do país está a cargo de órgãos burocráticos e de alguns grupos isolados e não há uma política educacional para a divulgação destas ações e mesmo da integração da comunidade na tomada de decisões e na manutenção destas cidades-monumento.

A preservação das cidades históricas responde a duas expectativas: a de conservação da herança histórica local e da implementação do turismo. No que se refere à questão histórica, a preservação de monumentos é essencial para a manutenção ou criação de um quadro de vida que permita ao homem encontrar sua identidade (Cássi /s.d/ p.22). Assim, a preservação da memória não implica em atraso, ou impedimento para a modernidade, o conhecimento do passado é fundamental para se entender o presente e para construir o futuro.

O atrativo turístico das cidades históricas pode gerar uma relação conflituosa, já que, às vezes, as exigências de infra-estrutura da indústria do turismo se confrontam com as atribuições da lei de preservação. Entretanto, geralmente, a solicitação para o tombamento das cidades históricas tem por finalidade a implementação do turismo como uma alternativa econômica para a comunidade local.

A cidade de Goiás

As ruas de pedra, os becos, as casas conjugadas, as Igrejas e praças da cidade de Goiás formam uma paisagem bastante peculiar. Dos becos da Cidade de Goiás Dona Goiandira do Couto faz quadros e Cora Coralina fez poesia:

Beco da minha terra...

Amo tua paisagem triste, ausente e suja.

Teu ar sombrio. Tua velha umidade andrajosa.

Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio. (Coralina, 1985, p.103)

O bequinho da escola brinca de esconder.

Corre da Vila Rica – espia a Rua do Carmo.

É um dos mais singulares e autênticos becos de Goiás

Tem a marca indisfarçada dos séculos

E a pátina escura do Tempo.

Beco recomendado a quem busca o passado. (Coralina, 1985, p.119)

As casas da cidade de Goiás representam exemplares da arquitetura colonial; são casas de formas simples com grandes janelas de madeira que se abrem para fora, encaixadas em paredes de larga espessura. Essas casas ainda persistem na paisagem urbana da cidade e são hoje parte fundamental do com-

Com exceção de algumas iniciativas particulares de colecionadores e/ou de intelectuais preocupados com a conservação de grandes monumentos e da identidade cultural do país, a preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil é recente. O projeto completo, de uma política de preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, foi elaborado pelo escritor Mário de Andrade em 1936, o qual se tornou lei (Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937) em 1937, concomitante à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No projeto, Mário de Andrade assim definia Patrimônio Artístico Nacional:

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais a particulares nacionais, e a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (In: Lemos, 1985, p. 38).

Os monumentos e obras arquitetônicas eram consideradas como representativos da cultura nacional. No entanto, o projeto abrangia não somente os bens concretos (edificações, monumentos, instrumentos, artefatos, peças, objetos) como também todas as manifestações culturais brasileiras: atividades comunitárias, danças, músicas, usos, costumes, tradições folclóricas etc. O projeto original de Mário de Andrade sofreu uma série de reduções antes de se tornar Decreto-lei e se resumiu aos bens de “interesse público”, bens móveis e imóveis - materiais e físicos, que representassem algum fato histórico importante ou por ter algum significado social que justificasse o tombamento. A partir desse momento houve um maior comprometimento em relação aos bens históricos e à necessidade de se manter e conservar o patrimônio nacional.

A preocupação com a preservação de bens arquitetônicos em conjunto só tomou vulto a partir da década de setenta, quando o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o que culminou numa série de reavaliações de diretrizes e práticas desse órgão. Dentre as diretrizes tomadas pelo Instituto estava a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) que, em conjunto com outros órgãos do governo, se ocupava da restauração de sítios, monumentos e cidades históricas com a finalidade de implementar a exploração turística destas áreas.

O questionamento que se faz, no que se refere à preservação de cidades históricas, é quanto à interação da comunidade local nas decisões do que preservar e por qual razão preservar estas áreas. Para Chamie (1985, p.8), “cidades inteiras são tombadas sem conhecimento de sua população”. Isso demons-

tra que a preocupação com as reservas culturais do país está a cargo de órgãos burocráticos e de alguns grupos isolados e não há uma política educacional para a divulgação destas ações e mesmo da integração da comunidade na tomada de decisões e na manutenção destas cidades-monumento.

A preservação das cidades históricas responde a duas expectativas: a de conservação da herança histórica local e da implementação do turismo. No que se refere à questão histórica, a preservação de monumentos é essencial para a manutenção ou criação de um quadro de vida que permita ao homem encontrar sua identidade (Cássio /s.d/ p.22). Assim, a preservação da memória não implica em atraso, ou impedimento para a modernidade, o conhecimento do passado é fundamental para se entender o presente e para construir o futuro.

O atrativo turístico das cidades históricas pode gerar uma relação conflituosa, já que, às vezes, as exigências de infra-estrutura da indústria do turismo se confrontam com as atribuições da lei de preservação. Entretanto, geralmente, a solicitação para o tombamento das cidades históricas tem por finalidade a implementação do turismo como uma alternativa econômica para a comunidade local.

A cidade de Goiás

As ruas de pedra, os becos, as casas conjugadas, as Igrejas e praças da cidade de Goiás formam uma paisagem bastante peculiar. Dos becos da Cidade de Goiás Dona Goiandira do Couto faz quadros e Cora Coralina fez poesia:

Beco da minha terra...

Amo tua paisagem triste, ausente e suja.

Teu ar sombrio. Tua velha umidade andrajosa.

Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio. (Coralina, 1985, p.103)

O bequinho da escola brinca de esconder.

Corre da Vila Rica – espia a Rua do Carmo.

É um dos mais singulares e autênticos becos de Goiás

Tem a marca indisfarçada dos séculos

E a pátina escura do Tempo.

Beco recomendado a quem busca o passado. (Coralina, 1985, p.119)

As casas da cidade de Goiás representam exemplares da arquitetura colonial; são casas de formas simples com grandes janelas de madeira que se abrem para fora, encaixadas em paredes de larga espessura. Essas casas ainda persistem na paisagem urbana da cidade e são hoje parte fundamental do com-

plexo arquitetônico que forma o patrimônio urbanístico do estado de Goiás. Cora Coralina descreve a casa da ponte, a qual se assemelha a todas as outras residências coloniais da cidade de Goiás:

de paredes toscas, de beiradão desusado e feio, onde em dias de chuva se encolhiam as cabras soltas da cidade. Portais imensos para suas paredes rudes de barrotins e enchimento em lances sobrepostos salientes.

Folhas de portas pesadas de árvores fortes descomunais serradas a mão, unidas e aparelhadas, levantadas para a entrada e saída de gigantes homens feros, duros restos de bandeira. Fechaduras anacrônicas, chavões de broca, gonzo rangentes de feitio estranho e pregos quadrados. (...) algum dia foste casa nova, num tempo perdido do passado, quando mãos escravas te levantaram em pedra, madeirame e barro. Esquadrejaram tua ossadura bronca, traçaram teus barrotões na cava e profunda dos esteios altos, encaixaram teus linhamentos, cumeeiras, pontados, freixais, arrochantes e empenas, duras aroeiras, lavradas a machado, com cheiro de florestas, arrastados em carretões de bois. Vieram os barrotins das taipas e os caibros linheiros, tirados em santa lua. Os envarados de taquara, amarrados com tiras de couro cru em permanência secular. Enchimentos lacrados com viscoso barro goiano, argila de boa loiça que se lacrou para sempre, ao tempo e ao sol, indestrutível casa velha, assentada em pedras brutas e cernes de lei (Coralina, 1985, p.7-8).

A paisagem urbana atual da cidade de Goiás representa o encontro entre o passado e o presente e é o que define o uso atual da cidade de Goiás, que se reveste desse passado para contar a história de sua formação e imprimir novas possibilidades para a economia local.

“A cidade não conta seu passado ela o contém” (Calvino, 1990, p.14).

E é da herança histórica, presente na paisagem urbana, que a comunidade local se utiliza para divulgar a cidade em folhetos nos quais a denominam “O berço da cultura goiana”. O chamamento incita para a visitação da cidade para se usufruir dos rios, conhecer os museus e outros pontos turísticos, como as várias igrejas, o Chafariz Carioca, o Mercado Municipal, a Casa da Fundação, o Teatro São Joaquim, o Coreto e o Chafariz da Praça, a casa de Goiandira do Couto, a Casa de Cora Coralina.

Mas o que mais chama a atenção dos visitantes são os períodos de festa, como a Folia do Zé Pereira, durante o mês anterior ao carnaval; a Procissão do Encontro das Imagens de N. S. das Dores e do Senhor dos Passos, duas semanas antes da Semana Santa; a Procissão de N. S. das Dores, uma semana antes da Semana Santa; a Semana Santa; a Folia do Divino, no Domingo de Páscoa; a Festa do Divino, quarenta dias após a Semana Santa; a Exposição Agropecu-

ária, em julho, e o Carnaval. Tanto as festas religiosas, como as demais, têm grande divulgação no estado e, normalmente, resultam em grande número de turistas.

Apesar de todas as dificuldades passadas ao longo de todo o processo de sua estruturação, a cidade de Goiás representa muito para a história do estado. Tudo o que se diz da história de Goiás passa, inevitavelmente, pela velha Vila Boa. A antiga capital tem implícita na sua paisagem urbana, nas ruas de pedra, nos casarões, nas casas conjugadas, a nostalgia dos goianos em sua forma mais concretizada.

A paisagem urbana desta cidade representa uma parte do patrimônio histórico de Goiás, por isso, alguns a denominam “museu aberto” em homenagem à memória da ocupação do estado resguardada em sua paisagem atual. No entanto, essa riqueza histórica não está numa ornamentação grandiosa; o complexo histórico da cidade de Goiás representa também as dificuldades dos primeiros anos de ocupação do estado: um estado pobre à margem do processo produtivo do país e de arquitetura também simples; ao contrário de muitas outras cidades históricas do Brasil que apresentam uma arquitetura mais pomposa. Coelho (1996, p.35) assim comenta esta questão:

Ao contrário das construções históricas ricas em ouro e materiais vindos da Europa, comuns em algumas cidades de Minas Gerais, Bahia e outros estados brasileiros, em Goiás foram utilizados recursos locais, como a madeira, a taipa de pilão e pedras, nas edificações dos últimos séculos. A característica modesta das edificações públicas da Cidade de Goiás são devido ao período em que foram construídas: já na fase de decadência do período aurífero.

A preocupação com a herança histórica da cidade de Goiás tem como fim principal utilizar-se dessa herança como atrativo para o turismo. A velha forma (casas e prédios públicos), criada pelos primeiros habitantes da cidade de Goiás, hoje, está sendo reutilizada para contar parte da história da ocupação do território goiano. As funções foram alteradas graças ao processo por que passou a estrutura sócio-econômica do estado no desenrolar destes últimos dois séculos.

Enfim, o homem em sociedade está em um processo contínuo de mudanças. Estas mudanças podem ser imperceptíveis no cotidiano da sociedade, entretanto, vez ou outra, mudanças mais bruscas ocorrem, desestabilizando a rotina de uma dada localidade. A história da cidade de Goiás mostra que, em seu processo de desenvolvimento, muitas alterações implicaram em novas reformulações do uso de seu espaço urbano. A transferência da capital do estado para novo município implicou, inicialmente, em um desajuste na economia

local. Entretanto, concretizado o fato, a readaptação está se processando ao longo do tempo e incitando para um novo uso, que, por sua vez, é resultante da herança histórica de tempos vindouros.

No período colonial, quando a cidade foi construída, a população residente no estado de Goiás era formada por mineradores aventureiros que não se ocuparam em estabelecer parâmetros para a construção das cidades, que, por sua vez, eram de arquitetura simples e de localização próxima à jazidas de ouro. Lugares, em geral, de difícil acesso e cujas condições climáticas e de relevo eram pouco favoráveis. A cidade de Goiás constituiu-se em uma das cidades do período colonial que vingou às dificuldades e desmandos dessa época. A paisagem urbana, resultante desse período, é, no entanto, o retrato das condições instáveis da economia mineratória: são ruas pouco ordenadas, casas simples, Igrejas sem grande ornamentação.

Apesar das atribuições descritas anteriormente, a paisagem urbana da cidade de Goiás persiste ao tempo. As ruas de pedra, os becos, as casas conjugadas, com suas janelas em madeira, dão a esta cidade características especiais que são ressaltadas por seus moradores e por aqueles que visitam a cidade. A velha Vila Boa, encostada na Serra Dourada, é motivo de admiração por sua beleza histórica e pela riqueza ambiental que a circunda.

Dos seus moradores, alguns contestam a possibilidade de progresso ou qualquer retomada no desenvolvimento pela via do turismo, ora em ampliação; outros se integram à luta pela preservação do patrimônio histórico e para a ampliação da infra-estrutura de sustentação do turismo local. As festas religiosas tradicionais, o carnaval, de fama nacional, e a histórica paisagem urbana são as bandeiras levantadas para a sedimentação dessa nova atividade econômica.

De uma forma ou de outra, o que se percebe, observando o processo como um todo, é que o homem está continuamente interferindo em seu espaço. No primeiro contato, ele desbravou e extraiu o ouro, implantou cidades, ampliou outras, criou novas ou as destruiu. Das que ficaram, restou, em suas formas concretas, a memória social dos antepassados que formam a sociedade de hoje. O que houve foi uma nova adaptação. E mais, uma adequação do homem ao espaço que o rodeia, havendo assim uma interação entre o espaço, com suas formas antigas, e o novo homem. Homem este que não apaga a memória, mas sim a mantém e através dela projeta o futuro.

ABSTRACT

BORBA, Odiones Fátima. Cidade de Goiás: urban forms and usages redefinition. *Temporis(Ação)*, Goiás, v.1, n.3, jun.1999.

The Cidade de Goiás was capital of the State of Goiás for 250 years. From the foundation, that city didn't accompany the changes happened at the country. The urban forms, of the colonial period, still persist at the time in the urban landscape of the old Vila Boa. It is of this legacy that city boarts, presenting today as its larger wealth. The local community is guided search of forming sediment the tourist activity using of the historical patrimony, of the natural wealth and of the traditional parties as the largest attractiveness for the visitors.

BIBLIOGRAFIA

- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHAMIE, Mário. Cultura brasileira - siglas, tombamentos e contradições. In: *Revista Problemas Brasileiros*, São Paulo, ano XII, nº 254 dez. 1985.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia: Ed. UCG, 1996.
- CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: Iná de CASTRO, Iná de et alli (org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DOLLFUS, Olivier. *O espaço geográfico*. 4.ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- LEMONS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. – 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MAGALDI, Cássia. *O público e o privado: propriedade e interesse cultural*. s.n.t. p.21 a 24
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Pensar grande o patrimônio cultural. *Revista Lua Nova*, Porto Alegre, v.3, n.2, p.63-7out/dez. 1986.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- . *Espaço e Método*. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- . *Por uma geografia nova*. – 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.